

# Ação Formativa e Cibernética



2ª Semana – 8 a 15 de novembro de 2019

---

Boletim nº 06/2019

## Conjuntura versus “Atura ou surta”?:

## Funk carioca e práxis

---

Por Pedro Mendonça e Mano Teko

Vivemos nesse momento em todo o Brasil, mas em especial no Rio de Janeiro, um movimento bastante interessante de auto-organização dos produtores de funk, retomando bailes e “resenhas”, eventos de funkeiros que se consagraram nos anos 1990's e incluíram no mapa mundial, as favelas e periferias da cidade do Rio de Janeiro, assim como o samba o fez outrora: “Nós somos a favela”. Estes funkeiros fizeram questão de identificar seus territórios: Rocinha, Cidade Alta, Cidade de Deus, Borel, entre muitos outros celeiros de artistas do gênero funk carioca. Estes mesmos que em outros tempos se organizavam para brigar entre si nos famosos “bailes de corredor” - onde as “galeras” se reuniam para brigar com “galeras” rivais, em divisões entre territórios da cidade e baixada fluminense - conseguem nos dias atuais romper com as antigas e novas barreiras (hoje as facções do narcotráfico varejista) e se juntar nos mesmos eventos, se fortalecendo e fortalecendo o funk.

Embora extremamente positivo, o momento descrito no parágrafo anterior também acabou por gerar uma problemática. Esses funkeiros que estão se auto-organizando não representam o funk carioca que atualmente invade mais uma vez as rádios, festas e boates de todo o país, tanto que estes se diferenciam com a

nomenclatura de “funk antigo”, ou “funk das antigas”, afirmando que o “seu” funk é aquele cuja estética foi predominante nos anos 1990’s, pautada por batidas como o *voltmix* e o *miami bass*, entre outras. Ao se diferenciar do funk atual (“putaria” e “proibidão”, o último em menor escala), o “da antiga” se coloca como o “funk da família”, o “funk do bem”, o “funk de verdade”, relegando os funks mais ouvidos pela juventude de hoje a um lugar de não-legitimidade, ou mesmo empobrecedor do gênero. O fato é que o “funk antigo”, apesar de todos os problemas que ainda possuem seus produtores para liberar espaços para seus eventos (por carregar consigo o nome “funk”), provavelmente não enfrentará a repressão prometida pelo atual governo do Estado do Rio de Janeiro.

Perseguidos na década de 90, taxados de marginais, esses funkeiros hoje “antigos” já foram inclusive acusados pela mídia corporativa de estarem realizando um arrastão na praia do Arpoador em decorrência de tentativa dos mesmo de levar seus encontros de favela para este espaço da Zona Sul do Rio de Janeiro, já que seus corpos negros e favelados pareciam não “caber” naquele espaço. Naquela época estes eram jovens que seriam taxados como “sem cultura” pelo movimento que se estabeleceu antes deles, no caso a “turma” dos bailes Black Soul. Um círculo vicioso que não parece ter fim, sempre apontando o novo como aquele que não produz música “de verdade”.

A verdade é que o estado continua entendendo perfeitamente que as linguagens dissonantes, não-controladas, jovens, representam uma ameaça. Uma ameaça de questionamento, auto-organização e autonomia para além das grades que o poder impõe nos cotidianos de pretos e pobres das grandes cidades. Para se adaptar, os “da antiga” também tem adaptado linguagens e comportamentos, se adequando aos limites que este mesmo estado que os reprimia há 20 anos atrás, nesse momento os impõe, jogando para uma relação etária a legitimidade de quem pode ou não se afirmar enquanto funkeiro, enquanto produtor de cultura funk. Falta de diálogo muitas vezes, outras vezes carece mesmo. Cultura de “feira”, onde o meu peixe é sempre o bom.

Ao tomar consciência desse processo, em contato com outros lutadores “da cultura”, não necessariamente do funk, nossa percepção se aguça e há um *insight*: A capoeira também sofreu essa repressão, o samba também, o jongo e o candomblé idem, e nos jogam para uma conclusão: O que, senão a questão racial, pode ser o mote principal dessa relação de violência? O funk toca “É som de preto, de favelado, mas quando toca ninguém fica parado”, e nessa frase acaba a discussão dentro do mundo funk a respeito da questão racial. Esse debate não tem eco infelizmente, e esse *insight* acaba não sendo o da maioria dos agentes culturais que atuam com este gênero musical. Quem movimenta o mercado, quem ganha o dinheiro do funk são comumente pessoas brancas, que parecem investir no embranquecimento do estilo, e assim os funkeiros de favela, DJs, produtores, MCs, compositores, bailarinos, na sua esmagadora maioria negros e pobres, acabam perdendo mais uma vez a chance de serem protagonistas de sua história.

Na nossa perspectiva, ao pensarmos e refletirmos sobre o funk carioca, estamos longe de uma busca por neutralidade, pelo contrário, assumimos aqui que nossas pesquisas e experiências seja na academia, no dia a dia da política do funk, ou na sala de aula, buscam um posicionamento transformador. Nossas práticas sonoro-musicais estão alinhadas com um desejo de uma sociedade sem desigualdade, sem racismo, e por isso tanto refletimos sobre estas mesmas práticas. Exercitamos aquilo que o etnomusicólogo Samuel Araújo e o grupo Musicultura (2010) chamaram de “práxis sonora”, tentando compreender que política é esta por trás das práticas musicais do funk carioca. A realidade é que a maioria dos funkeiros, assim como Mano Teko, autor que escreve esse texto, não foi para a universidade, não teve esse espaço de diálogo, de discussão política nem em casa, nem em lugar algum. No caso de Teko foi sua entrada na Associação de Profissionais e Amigos do Funk (APAFunk) o pontapé inicial, e durou até o momento em que os demais membros da Associação conseguiram o respeitar, conseguiram respeitar o protagonismo dos funkeiros pretos e pobres que faziam parte do processo. Quando esse respeito se esgotou, quando Teko percebeu que só poderia continuar se fosse sob a tutela e o “cabresto” que pessoas de “fora” do mundo funk o exigiam, então rompeu e seguiu com suas próprias pernas.

A história recente mostrou o quanto pode ser positivo este diálogo entre o mundo funk e setores da sociedade comumente identificados como “de esquerda” (muitas vezes dentro mesmo da pesquisa acadêmica) na luta pelos direitos de quem vive deste marginalizado gênero negro brasileiro. Entretanto parece urgente uma reflexão destes setores a respeito do protagonismo que ao nosso ver devem ter estes agentes culturais das periferias das grandes cidades. Hoje ainda vemos frases como “O proletariado inicia 2019 com a pior conjuntura possível” escrita por militantes de “esquerda” que excluíram do seu perfil do *Facebook* parte de seus contatos que não teriam o mesmo senso crítico que o seu para votar. O “Não vai ter copa” que acabou tendo. Enquanto isso “atura ou surta” é cantado por uma “molecada” a caminho do Baile da Gaiola “na intenção de beber”. Fãs de Mano Brown, aquele mesmo dos Racionais MC, o “brabo”, tentam entender sua fala direcionada para a “esquerda”: “Voltar para a base? Deve ser aquela fita de voltar para Cuba”, pensa essa mesma molecada do baile citado acima. O que sabemos de concreto é que novo governador do Rio de Janeiro anuncia, através de nota amplamente divulgada por *whatsapp* - essa potente ferramenta de propagação de notícias - uma nova ofensiva contra os bailes funks de favela, orientando comandantes de batalhões da Polícia Militar que atuam em áreas onde há bailes que a ideia é mesmo proibir, perseguir e coibir esses acontecimentos.

A proposta de nosso texto foi mesmo, sob a luz do funk carioca e da práxis sonora, apresentar a dificuldade de diálogo e comunicação entre aqueles que vivem do funk e para o funk, com aqueles que se encontram na “militância” política que afirma lutar por transformações sociais, que inclusive retirariam do funk o estigma criminalizado que está em voga praticamente desde o seu surgimento enquanto gênero musical no mercado brasileiro. Por mais troca e menos imposição de saberes.

ARAÚJO, Samuel e GRUPO MUSICULTURA. Sound Praxis: Music, Politics, and Violence in Brazil. In CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan e O'CONNELL, John Morgan. (org.) **Music and Conflict**. Urbana, Chicago e Springfield: University of Illinois Press, 2010.